



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

**Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.**

**ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO  
SÉCULO XX**

**Marclin Felix Moreira<sup>1</sup>**

**Resumo:** O tema da relação entre estado e sociedade, assim como tantos outros no âmbito da vida social, permite uma abordagem tanto normativa quanto de caráter empírico. Embora a escolha de um ou outro caminho implique diferenças no tratamento que será dado ao tema, o entrelaçamento entre os dois se dá com frequência nas investigações sociais. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar três momentos da relação entre estado e sociedade no Brasil na segunda metade do século XX, a partir de trabalhos que transitam entre essas modalidades de abordagem, e que cobre, cada um, uma quadra histórica do período indicado.

**Palavras-chave:** Estado; Sociedade civil; Participação; Democracia.

**STATE AND CIVIL SOCIETY IN BRAZIL IN THE SECOND HALF OF THE  
20TH CENTURY**

**Abstract:** The theme of the relationship between State and society, as well as many others in the field of social life, allows both normative approach as empirical character. Although the choice of one or other way involve differences in treatment that will be given to the subject, the entanglement between the two occurs frequently in social investigations. The aim of this study, therefore, is to present three moments of the relationship between State and society in Brazil in the second half of the 20th century, from jobs that move between those modes of approach, covering each have a historical Court period indicated.

**Keywords:** State; Civil society; Participation; Democracy

**Introdução**

As relações entre estado e sociedade civil no Brasil, como em qualquer outra região do mundo, apresentam condicionantes históricos e peculiaridades culturais que irão, ao curso do processo histórico, representar injunções ao desenvolvimento das práticas interativas. Cumpre, do ponto de vista empírico estabelecer a singularidade do caso brasileiro, a partir de sua própria dinâmica histórica, sem contudo, deixar de mobilizar possíveis marcos normativos para reflexões de possíveis cenários relacionais. Nesse sentido, este trabalho destaca três obras que trataram do tema das relações entre estado e sociedade no Brasil na segunda metade do século XX, cada um dedicado a uma quadra histórica. O esforço então é no sentido de buscar um entendimento das

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <fmarclin@gmail.com>.

movimentações da sociedade e as reações do estado no período em questão e perceber as diferenças que se estabelecem ao longo do processo histórico.

Fechando a exposição mobilizamos duas outras obras que se opõem, e tratam do tema das relações entre estado e sociedade, mas de um ponto de vista mais normativo. Buscam, a partir da avaliação de nossas injunções e condicionantes históricos, pensar possíveis cenários de articulação entre estado e sociedade.

## **Desenvolvimento**

Partindo de uma problemática comum, ou seja, o comportamento reivindicativo e político da sociedade civil e em particular dos grupos “marginalizados”, nas relações estabelecidas com o estado, iremos encontrar três trabalhos produzidos em cenários e momentos distintos da história do país, debruçados sobre acontecimentos que ocorreram em épocas diferentes e a partir de perspectivas teóricas distintas.

O trabalho de José Álvaro Moisés, cobrindo o período democrático de 1946 a 1964, dedica-se ao estudo do fenômeno de mobilização urbana ocorrido nos distritos periféricos da Grande São Paulo, que pretendiam emancipar-se politicamente do município ao qual estavam subordinados administrativamente.

Tal movimento chama a atenção do autor por tratar-se, em sua opinião, de um movimento singular de organização e manifestação de interesses das classes populares, o qual ganha através do tempo intensificação e complexidade.

Originários em sua maioria das Sociedades de Amigos de Bairros dos distritos periféricos, mas na sequência do movimento extrapolando os objetivos e as dimensões em que estas atuavam, constituíram-se a partir de vários grupos sociais, incluídos aí representantes da classe média, que tinham como domicílio esses distritos periféricos, os quais erguiam a bandeira do protesto contra o poder político, que encontrava-se distante da realidade e do controle das populações residentes nessas regiões.

O objetivo do movimento, portanto, estava em conseguir a autonomia política e administrativa dos municípios aos quais pertenciam esses distritos, a fim de poderem gerir tanto os recursos que dispunham, como exercerem um controle efetivo sobre o poder político.

Os meios utilizados pelos líderes para veicular as propostas, organizar e dar força ao movimento foram: criação de jornais, associações, pressões junto aos deputados e partidos para a aprovação do pedido de plebiscito e, finalmente, a realização de

campanhas voltadas aos moradores locais para que dessem seu voto favoravelmente à autonomia do distrito.

Outros fatores que parecem contribuir para os movimentos autonomistas ligam-se ao desenvolvimento econômico experimentado pelo país, o processo de modernização a ele ligado, que joga contingentes populares na vida política, e um crescente despertar da consciência popular, representada pelas reivindicações urbanas. Essas formas de participação popular, no entanto, só podem ser compreendidas, segundo o autor, se forem considerados fenômenos como o Janismo, tendo em vista o que representou para a organização e o funcionamento das Sociedades de Amigos de bairros e em termos de divulgar a problemática dos bairros periféricos perante a opinião pública de São Paulo, bem como fomentou uma peculiar concepção do Estado, que visava ao mesmo tempo ampliar as expectativas quanto ao seu papel perante a sociedade, e torná-lo mais sensível às pressões populares. Nesse sentido formula a hipótese de que os movimentos autonomistas devem sua expressão política à influência do Janismo.

De grande importância também para o movimento foi o papel desempenhado pela “classe média” residente nesses distritos periféricos. É a partir da experiência cotidiana das desigualdades urbanas que essa classe desenvolve sua consciência em relação aos problemas colocados pelas contradições urbanas, resultantes das desigualdades do desenvolvimento capitalista. É por meio de um processo que o autor define como “simbiose ecológica” que a “classe média” irá unir-se aos segmentos populares, de maneiras distintas conforme o caso, como bem faz notar o autor através dos exemplos de Osasco e de Pirituba, e desempenhará um papel fundamental na formulação e liderança do movimento. A aliança entre os diversos setores sociais representa, portanto, o fator dinâmico do movimento, tendo em vista a similaridade da situação em que se encontram no contexto urbano, mas essa aliança solidifica-se somente no próprio processo de consolidação do movimento por meio das exigências relacionadas aos seus interesses comuns.

Outra característica do movimento que precisa ser mencionada diz respeito às relações do Estado com a sociedade. Nesse aspecto é importante ressaltar a decepção experimentada pelas classes populares ao sentirem-se abandonadas pelo poder público no seu papel de “provedor”. A impossibilidade do atendimento das expectativas alimentadas pelos segmentos populares e periféricos dava-se, sobretudo, em função da natureza e características do próprio Estado, constituído em bases capitalistas e atuando como

principal agente do desenvolvimento, promovendo processos de acumulação capitalista que necessariamente promoviam desigualdades e injustiças sociais. A percepção da ausência do Estado converteu-se primeiramente em descrença quanto à sua capacidade de “prover” e em sua legitimidade e, em seguida, no estabelecimento de um antagonismo entre classes populares e Estado.

O que chama a atenção do autor é que no desdobramento desses movimentos verifica-se um despertar da consciência popular para os seus problemas, bem como para a importância de sua mobilização a fim de solucioná-los. O que começa a desenhar um quadro de possibilidades efetivamente democráticas de participação e controle do poder público por parte da sociedade. A gestão local, pela população local, dos serviços de consumo coletivo a partir dos recursos coletados na própria região e uma forma de participação direta no poder público, são notoriamente exemplos de participação democrática.

O que o leva a afirmar que “[...] não importa que os movimentos autonomistas, da mesma forma que as reivindicações urbanas dos bairros, não tenham colocado as suas propostas em termos de uma crítica explícita à natureza da sociedade capitalista” (MOISÉS, 1978, p. 401), no seio da qual se desenvolviam desigualdades que fundavam contradições urbanas de variadas conotações, e embora fosse, em última instância, o que dava sustentação e motivação as demandas do movimento, o autor entende que “[...] isso não impedia que se constituísse um campo social e político que discutia as próprias contradições” (MOISÉS, 1978, p. 401),

Faltou para o autor, nesse caso, uma organização política ligada às massas, que se propusesse a transformar a espontaneidade do movimento em um movimento politicamente dirigido e, conseqüentemente, realizar a integração deste com outros movimentos populares. É onde o autor entende haver falhado a esquerda, em virtude de sua incapacidade de realizar a tarefa histórica de ampliar o horizonte do movimento, uma vez que não tiveram sensibilidade suficiente para penetrar nas possibilidades de concretização do ideal democrático que o movimento representava.

Sem imputar à negligência da esquerda em perceber a importância dos movimentos autonomistas a responsabilidade pela falência de um embrionário processo de possibilidades revolucionárias, o certo é que toda a esperança que pudesse representar essas experiências autonomistas em termos de consolidação de uma vivência democrática em um sentido ampliado começa a sucumbir com o golpe de 1964, tendo em vista que as

diretrizes da política nacional, a partir deste momento, desferem ataques contra quaisquer formas de mobilização popular. O que atingiria nuclearmente os movimentos autonomistas, baseados como eram, em comícios, passeatas e grandes manifestações populares.

Por sua vez Eder Sader procura no período que vai de 1970 a 1980 aquilo que constitui as “experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo”. Concentrando-se nos acontecimentos que marcam o primeiro de maio de 1978, nas greves iniciadas no ABC (SP) e em seguida alastrando-se pelos centros industriais e urbanos do Estado, o autor vislumbra a emergência de um movimento singular na história do país, dotado de capacidades novas. Nesse sentido converge para as perspectivas de José Álvaro Moisés, que também entendia os movimentos urbanos, além de singulares, como repletos de possibilidades na direção de uma democracia efetiva. Mas as coincidências parecem estancar aí, muito embora, apesar do foco no movimento dos trabalhadores, Eder Sader não deixe de mencionar outros campos em que o desenvolvimento de uma perspectiva nova no âmbito da organização social se dava, como nos casos das comunidades eclesiais de base, dos movimentos de mães, dos movimentos de bairros, e em outras formas de movimentos sociais. Assim, não só o contexto em que é produzida a obra é diferente do de José Álvaro Moisés, mas também o período sobre o qual se dedicam os autores é distinto. Isso posto, entendemos o sentimento do autor quando diz que “[...] estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público” (SADER, 1995, p. 36-37). Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, “[...] anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945” (SADER, 1995, p. 36-37).

O peso atribuído aos trabalhadores representa outro diferencial, tendo em vista a emergência de uma forte organização sindical, que objetivava livrar-se da tutela do Estado corporativista e alcançar autonomia para negociar as questões que lhes diziam respeito, tendo em vista a crescente descrença no Estado como lugar e instrumento das mudanças sociais, o que leva a uma polarização entre sociedade civil e Estado. É curioso

notar que desse movimento irá nascer o Partido dos Trabalhadores e a liderança de Lula, que chega após três tentativas, ao cargo de Presidente da República. Isso confirma, de certa maneira, a procedência em atribuir-se ao movimento que se inicia na década de 70, como fez o autor, a força de promover transformações na ordem política.

Outra questão é, nesse caso, de cunho propriamente acadêmico, que distingue os dois trabalhos, diz respeito ao tratamento que o autor dá ao tema. Procurando fugir das interpretações estruturalistas, sem cair num subjetivismo radical, o autor procura construir uma perspectiva conciliatória a partir dessas vertentes polarizadas, para entender os acontecimentos em curso na década de 70. É a busca do entendimento do novo, da mudança em curso no processo histórico brasileiro que o faz afirmar que “[...] quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza” (SADER, 1995, p. 42). Assim, colocando-se epistemologicamente entre o objetivismo e o subjetivismo, o elemento cultural, formado a partir das experiências e discursos específicos de cada grupo, é que proporcionará uma maior elasticidade ao pensamento do autor, para a abordagem dos fenômenos em questão.

Nesse sentido a dupla produção/reprodução assume novos contornos, e é justamente no plano da reprodução que o autor percebe uma esfera central para analisar o fenômeno dos movimentos sociais, dado o seu caráter de possibilitadora de representações e simbolismos, onde se torna possível um descolamento das condições objetivamente dadas na produção e permite um movimento de identificação social que apresenta a capacidade de criar novas bases para a ação, que por sua vez irão incidir sobre as condições dadas na produção. O que só se torna possível considerando-se a perspectiva adotada pelo autor na definição de sujeito coletivo, enlaçada com sua noção do papel do discurso na articulação da realidade concreta, que por meio de um processo de ressignificação daquilo que já está dado pela linguagem corrente e pela cultura, abre as portas para a constituição de um novo sujeito político.

No trabalho de José Murilo de Carvalho deparamos com uma realidade completamente distinta do que até então vinha sendo desenhado pelos traços dos textos anteriores. Embora o período sobre o qual a pesquisa é feita (fim da década de 90) represente possibilidades de diferenças, em função da distância que cobre um trabalho do outro, o importante a salientar é que certa linha de continuidade que se verifica como

passível de estabelecer-se, a partir dos trabalhos de Moisés e Sader, no sentido de um aprimoramento das virtudes democráticas e republicanas, tendo em vista a maior participação popular nos rumos da política característica dos movimentos estudados, parece ruir e, em seu lugar, verificar-se uma ignorância enorme em termos de direitos relativos à cidadania e uma apatia gritante em termos de participação política. Assim, ou houve exageros nas tintas ao pintar o quadro otimista da mobilização popular, ou algo mudou no período que separa o trabalho de Carvalho dos outros dois autores.

O mundo certamente mudou. A reestruturação produtiva, a onda neoliberal, a queda do muro de Berlim, a redefinição do papel do Estado (em detrimento das políticas de bem-estar social), o enfraquecimento dos sindicatos, são alguns aspectos que, ao surgirem no cenário mundial, provocam profundas mudanças no curso dos acontecimentos, bem como obrigam a uma redefinição dos conceitos encarregados de representar a realidade, como, por exemplo, o evolucionismo finalista. É assim que leva Carvalho a afirmar que

A concepção evolucionista e finalista está sem dúvida em descompasso com a visão atual da história. O fim do socialismo prático destruiu entre os marxistas a crença no finalismo evolucionista, e a pós-modernidade gerou a mesma descrença entre não marxistas. As mudanças na visão de cidadania são apenas parte da transformação mais ampla geralmente chamada de pós-modernidade ou modernidade tardia. Os novos tempos exigem do historiador e do pensador político que, pelo menos em tese, estejam dispostos a descartar finalismos e a admitir redefinições radicais de conceitos e práticas até agora aceitos como essenciais à tradição ocidental (CARVALHO, 2000, p.118).

Desse modo quando o Brasil “já” o Ocidente muda sua rota, e isso têm implicações consideráveis na dinâmica interna do país. O redimensionamento do Estado, principalmente no caso brasileiro, onde este sempre esteve presente nos processos de desenvolvimento, modernização e como “provedor” da “sociedade”, apresenta consequências tanto para o exercício dos direitos políticos como para a garantia dos direitos sociais e civis.

Torna-se obrigatório enfrentar o problema levando em consideração as especificidades do caso brasileiro, bem como as mudanças assinaladas acima. Nesse sentido a perda de centralidade do Estado-nação como ator político, obriga-nos à uma redefinição das ações voltadas à dinamização da sociedade, a fim de que o público torne-se ponto de convergência das ações privadas, por meio de organismos não-governamentais, constituindo um terceiro setor atuante, e das ações estatais, com a promoção da justiça social como objetivo central a ser perseguido.

Em resumo, um projeto a ser encaminhado para lidar com as mudanças em curso precisa,

No mundo dos valores, renunciar a visões evolucionistas da história e colocar a justiça social no centro das preocupações. No mundo da política, combinar o interesse e a virtude e promover o encontro do Estado com a sociedade, numa perspectiva em que a força do primeiro passa a depender do fortalecimento da segunda e em que este novo arranjo constitua a base para redefinir a nação. (CARVALHO, 2000, p.125-126).

Partindo desses processos históricos e as características peculiares que marcam cada quadra histórica, partimos agora para uma reflexão em torno das possibilidades político-sociais de vivência democrática, principalmente no que diz respeito ao alcance e natureza que pode assumir no Brasil.

Ao apresentar os vínculos entre socialismo e democracia que se estabelecem como integrando o corpo teórico do marxismo, Carlos Nelson Coutinho entende que o processo de democratização experimentado pela sociedade brasileira a partir da década de 80, tem o poder de constituir-se nos pressupostos do socialismo, desde que adequadamente percebida como uma etapa estratégica para a revolução e não meramente como um objetivo tático, o que, por sua vez, comprometeria a substância do que é entendido como democracia em sua vinculação com o socialismo.

Nesse sentido adota uma perspectiva que atribui um papel central à democracia como elemento que possibilita a transição ao socialismo, uma vez que o encaminhamento do desenvolvimento do processo se realize num crescente movimento de incorporação da sociedade como um todo, respeitadas as peculiaridades dos grupos que a compõe, bem como as pluralidades que lhe são pertinentes.

É na constatação de que o “modelo soviético” não representa a única possibilidade de socialismo, em função do surgimento de perspectivas que aceitam a convivência entre socialismo e democracia, que Coutinho entende na universalidade da democracia o caminho possível para o desenvolvimento do socialismo. Para que isso se torne efetivo é necessário desfazer um erro de concepção presente na teoria marxista do Estado, onde a democracia política é identificada com dominação burguesa e, em seu lugar, apresentar a luta pela democracia como um patamar para o socialismo, dada a inadequação da ideia de se colocar para a sociedade brasileira a tarefa da luta imediata pelo socialismo. Antes, porém, a luta pela democracia como uma etapa para o socialismo apresenta-se como proposta viável, desde que entendida como o combate pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que levem ao socialismo.



Nesse sentido o valor universal com que se reveste a democracia faz com que, apesar de ter sua origem relacionada ao surgimento da sociedade burguesa, o desaparecimento desta não signifique o seu fim. Antes, porém, sua permanência deve-se ao fato de, como valor universal, poder contribuir para a explicitação do ser genérico do homem.

As formas de relacionamento que integram as instituições da democracia política aparecem, portanto, para Coutinho, como uma possibilidade de solução para o impasse resultante de como respeitar-se a diversidade, ao mesmo tempo em que se busca a unidade, tendo em vista que a exigência colocada por Marx e Engels ao socialismo de “que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos”, encontra na democracia uma bem acabada forma de expressão.

A importância da democracia para a realização de um genuíno socialismo é explicitada pelo autor quando indica que

O socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto. A superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente, para a realização do humanismo socialista, para a explicitação de todas as potencialidades abertas pela crescente socialização do gênero humano: essa realização e essa explicitação implicam também a superação da alienação política (COUTINHO, 1980, p. 27-28).

Nesse sentido, dada a complexidade social da atualidade, a conjugação de democracia direta de base e democracia representativa, desde que através desta se realize uma síntese política dos sujeitos coletivos, significa um caminho viável para a solução do problema de compatibilizar diversidade e unidade.

Essa maneira de operar democraticamente em dois níveis, ou seja, pelas formas de representação tradicionais e através dos órgãos de democracia direta, constitui-se no caminho para a ampliação do sentido da democracia e sua plena realização, o que, em última instância, resultaria na construção de uma sociedade socialista. Abrem-se assim, pela política, as portas para uma transformação social em outros níveis.

Não só o regime de exceção de 64 precisa ser derrotado, segundo Coutinho, mas também aquilo que se convencionou chamar de “via prussiana”, onde, por meio de arranjos entre as classes dominantes, as decisões gerais para a vida “nacional”, são aplicadas de cima para baixo, de caráter extremamente autoritário. Cabe, então, ao conjunto das forças populares a tarefa de dobrar esse curso da história e construir novas possibilidades para a sociedade brasileira. Desse modo o autor entende que

O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais ‘para baixo’ o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente ‘pelo alto’ (COUTINHO, 1980, p. 36).

Ao tratar da importância da cultura no desenvolvimento de um projeto democrático para o país, Coutinho apresenta as implicações dos condicionamentos objetivos de nossa formação histórica e social na configuração do perfil da intelectualidade, dos artistas e dos produtores culturais.

Para livrar-se da herança deixada pela “via prussiana”, o autor sugere o nacional-popular como alternativa à cultura “intimista”, estreitamente vinculada aos elementos constituintes da “via prussiana” ao longo da história brasileira. O nacional-popular, portanto, caracteriza-se por uma abordagem crítica, que necessariamente acaba por revelar as contradições existentes na vida social. Diferentemente do “intimismo” que produzia a partir de um ponto de vista distante da realidade social, o nacional-popular guia-se ou define-se, independente da pluralidade de manifestações estilísticas ou temas, por um realismo crítico no terreno estético e por uma concepção humanista e historicista do mundo no terreno do pensamento social.

O nacional-popular é apreendido por Coutinho com as qualidades de um movimento revolucionário, que tem o papel de contribuir para o desvelamento crítico das contradições sociais. O caráter engajado da cultura torna-se patente na perspectiva de Coutinho, não pela proposta de um conteúdo ou de uma forma de produzir cultura, mas pela orientação que põe o intelectual ou artista a serviço do povo, da liberdade, da emancipação humana, uma vez que sejam guiados pela intenção de criar a partir de uma perspectiva crítica, que vê na sociedade os conflitos que lhe são pertinentes e contribua, assim, para a consciência social, para a tomada de posição na luta pela democracia e consequentemente pelo socialismo num ponto futuro.

Tanto a intimidade entre democracia e socialismo e a noção que o autor atribui ao nacional-popular, apresentam-se visceralmente ligados à uma intenção política de defesa dos princípios que norteiam a visão de mundo socialista. A vinculação do autor aos princípios marxistas revolucionários aparece à luz do dia em sua exposição, e faz com que seu texto reflita um otimismo e uma certeza de realização da história prescrita nos cânones marxistas.

Nesse sentido o trabalho de Marilena Chauí serve como um contrapeso à visão de otimista de Coutinho. Ao colocar-se em uma posição mais cética em relação às

possibilidades de desenvolvimento histórico, e não vincular-se estreitamente com os pressupostos marxistas, o tratamento aos temas da relação entre democracia e socialismo e do nacional-popular irá seguir um curso totalmente distinto do de Coutinho. Nela não encontramos a fluidez linear da história que se apresenta no trabalho de Coutinho, nem um engajamento tácito às ideias marxistas como suporte para sua argumentação. Antes se posiciona criticamente em relação às possibilidades de vinculação entre democracia e socialismo, e busca nos próprios trabalhos de Marx e de Engels aqueles elementos que podem dar fundamentação a seu argumento. Um ponto interessante a notar nesse sentido é que, tanto Coutinho quanto Chauí, servem-se dos mesmos autores e encontram neles elementos que auxiliam a construção de sua argumentação, embora tenham orientações distintas quanto ao encaminhamento da análise.

A democracia e o socialismo aparecem em Chauí como uma relação tensa, em que desconsiderados os pressupostos de uma história linear e fatalista, apresentam-se como algo não resolvido no seio da teoria e da prática marxista. Nesse sentido afirma que “[...] aceitar a história como diferença temporal é aceitar que o real não é os fatos nem as ideias, mas o movimento interno no qual uma sociedade aponta seu possível próprio como possível e não como futuro objetivado” (CHAUÍ, 1981, p.108).

E essa diferença de angulação que torna as perspectivas nos dois trabalhos distintas, onde em Coutinho tudo está colocado para ser resolvido pelo movimento em direção a uma democratização progressivamente ampliada até a realização do socialismo, em Chauí tudo se complexifica, se tensiona, se torna ambíguo, fica truncado, a dar uma ideia de que no plano da realidade que se busca apreender, o desenvolvimento dos acontecimentos sofre essa mesma dinâmica que é apresentada em seu texto, ou seja, antes das “ideias e dos fatos” está o jogo do real, que em nada facilita uma solução previamente concebida.

Outro ponto a ser destacado é quanto ao caráter autoritário da sociedade brasileira. A perspectiva de Coutinho atribui um peso maior à figura do Estado nesse aspecto, enquanto Chauí sem em nenhum momento negligenciar a figura do Estado autoritário como característico do Brasil, realiza um deslocamento de perspectiva e mostra como a sociedade em seus diversos níveis está impregnada de autoritarismo na relação entre seus membros. Isso representa um dificultador para uma solução genuinamente democrática, tendo em vista os limites impostos por essa configuração, onde os direitos apresentam-se antes como regras e não como práticas, onde a linha entre

o humano e o não humano coloca-se em termos de distinção entre os membros da própria sociedade, como no caso dos negros, dos índios, dos homossexuais, dos miseráveis, etc. Parece, então, difícil levar adiante um projeto de democratização ampliado no seio de uma sociedade tão marcada por relações de distanciamento entre seus componentes.

Quanto à caracterização do nacional-popular, a impressão é que os autores trabalham com ideias distintas. O que define para Coutinho o “intimismo” parece ser aquilo que Chauí considera nacional-popular. É o que se entende quando a autora diz que

Pelo contrário, é uma sociedade onde a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do nacional-popular (CHAUÍ, 1996, p. 60).

Certa equivalência ao conceito de nacional-popular que Coutinho utiliza, pode ser encontrado, não em sua integridade, mas de maneira aproximada, nos movimentos de resistência da Cultura Popular, entendidos não como “ações deliberadas de resistência”, mas como “práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência”. Muito embora, nesse caso, a Cultura Popular seja atributo do próprio povo em suas diversas manifestações, enquanto no conceito de nacional-popular usado por Coutinho, o trabalho realizado por intelectuais, artistas e produtores culturais é que ganha destaque central.

### **Considerações finais**

Procuramos, neste trabalho, apresentar alguns acontecimentos históricos que apresentam significativa vinculação com o tema da relação entre estado e sociedade civil, as dinâmicas inscritas em quadras históricas específicas. As mudanças na dinâmica dessa relação entre estado e sociedade obedecem tanto a fatores de ordem intrínseca, como a fatores de ordem extrínseca, como bem pudemos acompanhar na exposição dos autores utilizados.

Além dessa preocupação, que diria ser de um âmbito mais empírico, embora não exclusivamente, buscamos também complementar este trabalho com reflexões de ordem mais normativas.

Nesse sentido, percebemos que as diferenças que marcam duas análises sobre temas comuns, ou seja, as relações entre democracia e socialismo e o papel da cultura, devem-se, principalmente, em Coutinho, pela existência de um projeto de mudança que procura encontrar os meios possíveis para realizá-lo na própria experiência democrática.

Já em Chauí essa preocupação não parece dominar o trabalho, e o encaminhamento de suas reflexões sigam um curso oposto ao de Continho e o seu conceito de nacional-popular seja diametralmente contrário ao dele.

Concluimos, assim, este trabalho, na esperança de ter contribuído para a percepção de alguns eventos históricos brasileiros ocorridos na dinâmica entre o estado e a sociedade civil durante a segunda metade do século passado, e, dada a complexidade do tema, a dificuldade em encontrar, no âmbito normativo, propostas consensuais.

### **Referências**

CARVALHO, José. M. de. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.), **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 105-126.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**. São Paulo: Moderna, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

MOISÉS, José. A. **Classes populares e protesto urbano**. 1978. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Petrópolis, RJ: Paz e Terra, 1995.